

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.368.829 - SC (2013/0042483-1)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : LUCIANO CARDOSO BACKER**  
**ADVOGADOS : FABRÍCIO MENDES DOS SANTOS E OUTRO(S) - SC009683**  
**KATE MEURER WISINTAINER E OUTRO(S) - SC022381**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Luciano Cardoso Backer, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, publicado na vigência do CPC/1973, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PRESCRIÇÃO. NÃO VERIFICAÇÃO. VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA - VPNI. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. ADVOGADO DA UNIÃO. MODIFICAÇÃO DA CARREIRA JUDICIÁRIA PARA CARREIRA ADMINISTRATIVA. PERDA DO AMPARO LEGAL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. O direito de incorporação dos quintos surgiu com a edição da MP 2.225/2001, de 04-9-2001, em seu artigo 3º, retroativamente a 1998. A Administração reconheceu o direito na via administrativa somente em 27/12/2004, de forma que não há que se falar em prescrição.
2. São devidas apenas diferenças de quintos referentes ao período em que o autor exerceu função comissionada na Justiça Federal.
3. Improcedente o pedido de pagamento de VPNI após o autor assumir cargo de Advogado da União, pois a mudança de carreira modificou também a base legal de sujeição, inexistindo amparo para a pretensão postulada.
4. Considerando a sucumbência recíproca das partes, os honorários advocatícios devem ser integralmente compensados (art. 21 CPC).

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos apenas para o fim de prequestionamento (e-STJ, fl. 144/150).

O recorrente aponta violação dos arts. 128, 330, 332, 460 e 472 do CPC/1973; 27, "j", 32 e 44, parágrafo único, da Lei n. 4.886/1965 (e-STJ, fl. 156).

Explica que o Conselho de Administração do STJ deferiu a contagem e incorporação dos quintos até a edição da MP 2.225/2001. Em razão disso, o Presidente do CJF determinou sua implantação, com contagem até setembro de 2011, a todos os servidores e ex-servidores da Justiça Federal, ato ratificado pelo Conselho. Posteriormente, por força da Portaria n. 2.624, foi-lhe

# *Superior Tribunal de Justiça*

concedida a incorporação dos quintos até a edição da MP 2.225/2001, o que (e-STJ, fl. 157):

[...] acarretou na incorporação de 5/5 de Função Comissionada FC04 e FC05 ao vencimento do autor; sendo que, o pagamento do primeiro quinto sempre foi feito. No entanto os demais não foram pagos. O segundo quinto deveria ser incorporado a partir de 18.08.1998, o terceiro quinto seria devido desde 18.08.1999, o quarto quinto a partir de 17.08.2000 e o quinto e último quinto a partir de 17.08.2001.

Sustenta que (e-STJ, fl. 157):

[...] tomou posse no cargo de Advogado da União em 08/09/2003 após ter sido deferido seu pedido de vacância pela Justiça Federal, ou seja, não houve solução de continuidade.

Desta maneira, teria direito de trazer para a Advocacia-Geral da União todas as vantagens personalíssimas obtidas na Justiça Federal, pois já fazem parte de seu patrimônio jurídico.

Esclarece que, em mandado de segurança impetrado contra ato do Secretário-Geral de Recursos Humanos da Advocacia-Geral da União (MS 2005.34.00.008632-0), foi determinada a implementação dos quintos em sua folha de pagamento a partir de 5/4/2005. Por isso, com a presente ação ordinária, "[...] pretende [...] a cobrança dos valores relativos aos referidos quintos, devidos pela União desde da incorporação a sua remuneração do segundo dos quintos que lhe foi deferido (18.08.1998) até a data de ingresso do Mandado de Segurança referido no parágrafo anterior (05/04/2005)" (e-STJ, fl. 158).

Argumenta que "[...] o ato concessivo da incorporação dos quintos ao autor, constitui-se em ato jurídico perfeito, uma vez que aperfeiçoado em consonância com a legislação em vigor em sua época, pela autoridade competente (Conselho da Justiça Federal) e em total consonância com a Constituição em vigor" (e-STJ, fls. 160/161).

Destaca que seu direito tem assento nos arts. 62, § 2º, da Lei n. 8.112/1990 e 10, §§ 2º e 3º, da Lei n. 8.911/1994.

Afirma divergência jurisprudencial, alegando que precedentes dos TRFs da 1ª e da 5ª Região, bem como do STJ, estabelecem "[...] a impossibilidade de um dos três Poderes da União vir a suprimir quintos/VPNI concedida a servidor por outro Poder, por ter sido a vantagem concedida pelo Estado, como ente político uno e indivisível, e em respeito ao direito adquirido" (e-STJ, 167).

Contrarrazões às e-STJ, fls. 330/339.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Com respeito aos arts. 128, 330, 332, 460 e 472 do CPC/1973 e 27, "j", 32 e 44, parágrafo único, da Lei n. 4.886/1965, o recorrente não expõe qualquer tese jurídica para justificar a sua suposta violação. Assim, no ponto, ficou

# Superior Tribunal de Justiça

comprometida a fundamentação do recurso, tendo aplicação o teor da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Quanto ao mais, o Tribunal *a quo*, no exame da apelação e reexame necessário, manteve a procedência do pedido "quanto ao pagamento das diferenças relativas à incorporação de quintos/décimos referente ao período em que o Autor foi servidor da Justiça Federal (18/08/1998 a 08/09/2003) [...]" (e-STJ, fl. 124).

Segundo a sentença, transcrita em parte no acórdão recorrido (e-STJ, fl. 125):

No caso, o direito do autor surgiu com a edição da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, impondo à ré a obrigação de cumprir as suas disposições desde 05/09/2001, quando publicada no Diário Oficial da União e com mais veemência, a partir de 27/12/2004, data da Portaria nº 2.624, da Direção do Foro da Seção Judiciária de Santa Catarina.

Contudo, o colegiado regional posicionou-se pela necessidade de sua reforma (e-STJ, fl. 128):

[...] quanto à condenação ao pagamento dos referidos quintos/décimos, transformados em vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, no período compreendido entre a posse do autor no cargo de Advogado da União (08/09/2003) e o ingresso de ação mandamental (05/04/2005), em que obteve sentença favorável determinando a reincorporação dos quintos/décimos aos seus vencimentos.

Isto porque, o autor faz jus somente ao pagamento dos quintos/décimos das funções gratificadas que exerceu como servidor da Justiça Federal, ou seja, até o momento em que tomou posse como Advogado da União, em 08/09/2003, quando não mais lhe é devido o pagamento de quintos, pela ausência de amparo legal, em vista da mudança da carreira do Poder Judiciário para o Poder Executivo, e com mais razão ainda, ante a vedação expressa da Lei nº 11.358/2006, que submete os advogados da União ao regime remuneratório do subsídio, não permitindo a acumulação e percepção de tal vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI.

Desse excerto, retira-se que dois são os fundamentos para a negativa do pedido quanto ao período compreendido entre 8/9/2003 – data da posse do autor no cargo de Advogado da União – e 5/4/2005 – data da sentença no mandado de segurança:

1) em virtude da mudança da carreira do Poder Judiciário para o o Poder Executivo, não é mais devido o pagamento de quintos, por ausência de previsão legal;

2) a Lei n. 11.358/2006, que submete os Advogados da União ao regime do subsídio, não permite a acumulação e o recebimento de VPNI.

Esse segundo argumento, suficiente para manter a solução estabelecida no acórdão recorrido, não foi combatido nas razões do recurso especial. Por

# Superior Tribunal de Justiça

isso, inviável o conhecimento da insurgência, nos termos da Súmula 283/STF.  
A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ADIMPLENTO DE QUINTOS ATRASADOS. TERMO FINAL. RESPEITO À COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO, FUNDAMENTOS INATACADOS E REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 282 E 283/STF E 7/STJ.

1. É inadmissível o recurso especial se o dispositivo legal apontado como violado não fez parte do juízo firmado no acórdão recorrido e se o Tribunal *a quo* não emitiu qualquer juízo de valor sobre a tese defendida no especial (Súmulas nºs 282 e 356/STF).

2. Para que se configure o prequestionamento da matéria, deve-se extrair do acórdão recorrido manifestação direta sobre as questões jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, única forma de se abstrair a tese jurídica a ser examinada e decidida.

3. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.

4. Inviável análise de pretensão que demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 275.203/CE, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2013, DJe 24/10/2013)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator